

## **O ajuste de portfólio dos bancos no Brasil segundo seu controle patrimonial (1995-2007)**

Humberto e Silva Ribeiro de Lima<sup>1</sup>  
Vanessa Petrelli Corrêa<sup>2</sup>

### **Resumo**

A partir de uma perspectiva de análise Pós-Keynesiana, objetivo desse artigo é avaliar a atuação sistema bancário nacional considerando seu ajuste de portfólio no período que vai de 1995 a 2007. Para efetuar essa análise dividimos os bancos em três grupos segundo seu controle patrimonial: bancos públicos, bancos privados nacionais e bancos estrangeiros. Estamos interessados também em verificar se houve uma alteração qualitativa nos mecanismos de ajuste do sistema com a entrada dos bancos estrangeiros. Os resultados encontrados indicam que essa mudança qualitativa não só não ocorreu como os bancos estrangeiros mostraram-se mais agressivos na compra de títulos públicos e mais sensíveis à crises no que diz respeito à oferta de crédito, enquanto que continua a cargo dos bancos públicos a oferta de crédito em áreas específicas como a crédito agroindustrial e imobiliário. Os bancos estrangeiros ao invés de alterarem a lógica do sistema; se adaptaram a ela, auferindo grandes lucros pela via de ganhos com Títulos e Valores Mobiliários.

**Palavras chave: Sistema Financeiro, Bancos, Financiamento**

### **Abstract**

The goal of this paper is evaluating the performance of national bank system based at their portfolio adjustment from 1995 to 2007. To accomplish this analysis we divided the banks in three groups taking into consideration their property control: public banks, national private banks and foreigner banks. We are also interested in examining if occurred a qualitative chance in the adjustment mechanism of the system after the foreigner banks entry. The results founded signs that this qualitative change does not occurred as well as the foreigner banks showed themselves more aggressive in the purchase of public securities. Besides their credit supply are more sensible to economic crisis. On the other side, the public banks have to continue supplying credit to specific areas like agricultural and immovable credits. The foreigner banks, instead of change the behavior of the system, adapted themselves at it, earning large profits.

**Key words: Financial System, Banks, Financing**

**Área 5: Dinheiro, Finanças Internacionais e crescimento 5.1- Economia Monetária e financeira**  
**SESSÃO ORDINÁRIA**

---

<sup>1</sup> Mestre em Economia pelo IE/UFU e Doutorando em Economia pela Unicamp

<sup>2</sup> Professora do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Uberlândia

## **I. Introdução**

A partir dos anos 1990 assistimos nos países periféricos a um processo de liberalização financeira que facilita o ingresso e a saída de recursos via mercado de capitais. Tal processo também afeta o mercado de créditos, na medida em que envolve a facilitação do ingresso de bancos estrangeiros nos mercados domésticos daqueles países. No caso específico do Brasil, passados quinze anos de implementação da Reforma Monetária e sedimentados os efeitos da abertura comercial e financeira é possível uma avaliação, dos possíveis impactos destas mudanças sobre a problemática da alavancagem de recursos no Brasil. A partir daí, o objetivo desse trabalho é o de analisar se as mudanças institucionais recentes verificadas no Sistema Bancário Nacional, especialmente pós-Plano Real, tiveram impactos sobre a lógica operacional de funcionamento do Sistema.

Iremos analisar a forma de atuação do referido Sistema através da análise das principais contas dos Balancetes Bancários, analisando as principais aplicações e fontes de captação durante o período do 1995/2007. O intuito é observar se o ingresso dos bancos estrangeiros, a redução da inflação e a queda da participação dos bancos públicos gerou uma mudança substantiva na forma de atuação dos bancos no Brasil, especialmente no que se refere à dinâmica da oferta de empréstimos.

Vários estudos têm sido realizados com o intuito de verificar as principais modificações que estão se processando, especialmente no que concerne à atuação dos bancos (FREITAS, 1999; PUGA, 1999; TEIXEIRA, 1998; VASCONCELLOS et alii, 2000; PAULA, ALVES JR & MARQUES, 2002; CORRÊA & ADATI, 2004; PAULA E MARQUES 2004; VIDOTTO 2004; AMADO, 2006; ALVES, DIMSKY & PAULA 2007)

Parte desses mesmos estudos também levantaram dados referentes aos balancetes bancários. No caso de nosso trabalho, a análise incorpora os anos mais recentes para observar o comportamento do Sistema Bancário no período de câmbio flutuante, procurando observar se há uma mudança de *performance* quando se alteram as condições de liquidez internacional e buscando detectar a diferença de comportamento existente entre bancos públicos, privados nacionais e estrangeiros.

Nossa hipótese é a de que as alterações que ocorrem nos anos 1990 são significativas o suficiente para indicar uma mudança na configuração da Estrutura de Financiamento Nacional, especialmente no que tange à atuação dos capitais externos e à relação existente entre mercado de crédito e mercado de capitais. Porém, destacamos que esta nova configuração preserva aspectos constitutivos da estrutura anterior, sobretudo no que se refere à limitação da alavancagem interna de recursos para financiar o investimento e ao perfil especulativo do sistema. Esta questão permanece mesmo no período de retorno da liquidez internacional pós 2003, sendo que a expansão do crédito que aí ocorre deve ser qualificada.

Utilizaremos uma divisão do período em três fases: 1995-1999; 2000-2002; 2003-2007. Para esta periodização levamos em consideração as principais mudanças no cenário econômico brasileiro e mundial, considerando que o ajuste dos bancos é resultante basicamente dessas mudanças.

Ademais, para essa análise iremos separar os bancos de acordo com o seu controle patrimonial em bancos públicos (estaduais e federais), bancos privados nacionais e bancos estrangeiros<sup>3</sup>. Na análise dos balancetes em geral usaremos os dados referentes aos 50 maiores bancos do Consolidado Bancário I<sup>4</sup>. Em alguns casos foi necessário analisar algumas contas com maior nível de desagregação, para entender melhor a diferença de comportamento entre os segmentos. Nessa situação, elencamos os três maiores bancos de cada segmento e analisamos em maior detalhe os balancetes dos mesmos, abrindo as contas que consideramos essenciais para a melhor compreensão da dinâmica do ajuste estudado.

## **II. A perspectiva teórica**

Vários estudos sobre o perfil do Sistema Financeiro Nacional e seu papel na oferta de recursos se desenvolveram, especialmente a partir da Reforma Monetária da década de 1960. Um dos debates continuamente em foco desde então refere-se à análise da baixa expansão do crédito doméstico e ao fato de que o Sistema Financeiro Privado nunca se envolveu no financiamento de prazos mais longos.

Ainda nos anos 1960, geralmente a explicação recaía no fato de que os bancos públicos eram pouco eficientes, sendo necessária a sua saída do mercado. Por outro lado, a explicação para o fato da baixa relação dos bancos privados com o crédito de longo prazo era sempre explicada pela existência da inflação. Esta, por outro lado, se devia a um excesso de demanda – especialmente do Setor Público. Consideramos esta vertente de explicação como estando associada a modelos “ortodoxos”, no sentido definido por Mollo (2004). Estes modelos partem da teoria quantitativa da moeda, considerando a existência de uma dicotomia entre o mercado real e o monetário, sendo os bancos considerados como meros intermediários financeiros. Neste contexto, os mesmos não são criadores de moeda e os bancos públicos são considerados desnecessários, uma vez que o funcionamento livre dos mercados garante a alocação ótima dos recursos. Podemos considerar que também fazem parte de modelos “ortodoxos” as análises que centraram a explicação para os problemas de financiamento enfrentados pelos países periféricos nos anos 1980 como consequência da repressão financeira, advogando ser essencial a

---

<sup>3</sup> De acordo com a classificação do Banco Central, há ainda mais uma categoria: os bancos com participação estrangeira. Neste trabalho, esses bancos serão somados aos bancos privados nacionais, deixando na classificação ‘bancos estrangeiros’ apenas aqueles que efetivamente são controlados por capital estrangeiro. Na prática, estamos nos referindo ao fato que consideramos o Unibanco, como banco privado nacional, pois ele tem participação estrangeira, mas não o controle.

<sup>4</sup> De acordo com o BC, “O Consolidado Bancário I é o aglutinado das posições contábeis de instituições financeiras independentes, do tipo banco comercial e banco múltiplo com carteira comercial, conglomerados bancários com pelo menos uma instituição do tipo banco comercial ou banco múltiplo com carteira comercial, e Caixa Econômica.”

abertura dos mercados, o fim dos subsídios e a redução da participação dos bancos públicos nesses mercados, dentre eles o brasileiro. É inserida nesta vertente que se encontram as explicações de que a abertura financeira e a permissão do ingresso de bancos estrangeiros seria fundamental para a retomada do crédito no país.

Paralelamente, outro grupo de autores são aqueles classificados como “heterodoxos” que consideram a inevitável relação entre o lado real e o monetário em economias aonde impera a generalização das trocas - mais especificamente, a capitalista. No caso dessa consideração, uma das correntes teóricas é a Keynesiana<sup>5</sup>, na qual a oferta de empréstimos se apresenta como uma das alternativas possíveis de aplicações dos bancos, que têm como objetivo principal a valorização financeira. Destaca-se que eles são agentes especiais, que podem criar moeda (ofertando créditos) gerando ao mesmo tempo depósitos que fecham o balancete bancário. Esta criação de moeda, por sua vez, equivale à compra de um ativo (o empréstimo) e não depende da poupança passada, tendo a ver com a perspectiva de os bancos aceitarem ficar mais ou menos “ilíquidos” (KEYNES, 1971a; 1971b). A consideração é a de que as pessoas podem poupar “*ex ante ou ex-post até ficarem azuis*” (KEYNES, 1971b: 222), que isto não será capaz de gerar os valores demandados por aqueles que precisam de recursos. Assim, a capacidade de levantar “*cash*” que permitem decisões de gasto depende fortemente de “especialistas” : do Sistema Bancário e de sua decisão quanto à sua posição de iliquidez.

Observe-se que este é o ponto de partida da análise, ainda que o próprio Keynes não tenha em seus escritos se aprofundado em explicar o comportamento de endividamento dos agentes; da relação entre ativos e passivos dos mesmos. Neste contexto, Minsky (1986) é considerado um autor central no avanço da explicação do perfil de endividamento dos agentes e do comportamento do Sistema Bancário, sendo que o mesmo desenvolve a explicação de como se processam ajustes de portfólio à depender do momento do ciclo financeiro que se enfrenta. A indicação é a de que o objetivo de valorização leva a que se busque continuamente uma relação entre rentabilidade e segurança, sendo que os ativos e passivos bancários se ajustam considerando esta perspectiva.

Expandindo esta questão Minsky (1986) nos mostra que os bancos se deparam com decisões relativas à composição de seus ativos e passivos. Do lado dos ativos os empréstimos são considerados como “posições” muito ilíquidas, sendo que as contas “Encaixe” e “Aplicações em Títulos e Valores Mobiliários” têm um perfil de liquidez. No caso dessa última conta, a mesma pode ser considerada como “quase caixa”, na medida em que os títulos que componham esta carteira sejam facilmente

---

<sup>5</sup> Do ponto de vista da perspectiva Keynesiana considera-se a “economia de negócios” ou a “economia monetária da produção”

negociados em mercado secundário. É o que geralmente acontece, sendo que as aplicações em títulos públicos tendem a liderar a composição dessas carteiras.

Do lado do passivo, por outro lado o destaque vai para o fato de que os bancos, especialmente pós anos 1960, flexibilizaram suas fontes de captação, gerando novas formas de levantar recursos, como os Certificados de Depósitos. Ademais, mostra que isto dificulta a atividade de controle da criação de moeda por parte dos Bancos Centrais e que estes atuam cada vez mais como emprestadores de última instância pois o endividamento bancário e das famílias cresce sobremaneira.

Neste contexto, as decisões dependem do momento do ciclo econômico e da expectativa do próprio banco quanto aos acontecimentos futuros. Conforme já mencionado, apesar de levar em conta a capacidade que o sistema bancário tem de criação de moeda, considera-se que os empréstimos são ativos mais ilíquidos, que não podem ser usados para gerar *cash*<sup>6</sup>, sendo considerados uma "posição"(*position*)<sup>7</sup>. A partir daí, para manter este “ativo posição”, que gera rentabilidade, é necessário que haja outros ativos que tenham o perfil de liquidez. Há então a necessidade de se operar com "margens de segurança" para garantir a liquidez. O nível das referidas margens, por sua vez, depende das expectativas bancárias<sup>8</sup>.

Analisando a dinâmica do Sistema Bancário norte-americano depois da crise de 1929 e até o final da década de 1970, Minsky (1986) mostra que nos períodos de expansão, o comportamento dos bancos vai no sentido de aceitar mais riscos, em prol do potencial de uma maior lucratividade. Mostra-se então que em situação de liquidez a tendência é a de que a participação das operações de Empréstimos sobre o total do Ativo se expandam e a de que a participação dos Encaixes e dos Títulos e Valores Mobiliários se reduzam. Contrariamente, no momento de reversão do ciclo (ou de expectativa de reversão) há um ajuste imediato, reduzindo-se rapidamente a participação dos Empréstimos e aumentando a participação das outras duas contas mencionadas. Com isto, mostra-se que os bancos tendem a ser os primeiros agentes que se retraem no sentido de reduzir a liquidez nos mercados quando as expectativas começam a reverter. Neste sentido, “*os riscos de redução da demanda agregada passam a estar localizados muito mais na política dos bancos em relação à compra de ativos do que nos motivos dos indivíduos*” (CARDIM DE CARVALHO, 2006: 36).

É considerando esta concepção que o nosso trabalho se assenta, analisando o comportamento dos bancos brasileiros a partir de seus balancetes.

---

<sup>6</sup>- Como veremos mais adiante, mesmo os empréstimos podem se tornar ativos líquidos.

<sup>7</sup>- Um estoque no portfólio bancário.

<sup>8</sup>- Estas se baseiam essencialmente nas expectativas de curto prazo do mercado.

### III. Primeira Fase

A 1ª Fase que estamos considerando começa com a Implementação do Plano Real e estende-se até a crise cambial de 1999, incorporando seus desdobramentos até o final do mesmo ano. É nessa fase que se processam as principais mudanças patrimoniais no sistema bancário brasileiro, sendo que este foi o período mais estudado. Para os propósitos do presente trabalho estamos retomando este período porque aí é possível detectar claramente a mudança de comportamento dos bancos nos momentos de mudança da conjuntura. Este comportamento é importante para comparar com os períodos posteriores.

A outra característica definidora dessa fase é a de que ela engloba um período de grande liquidez internacional (1995 a meados de 1997) e outra de Grande instabilidade financeira internacional (segundo semestre de 1997 a 1999) que envolve a Crise da Ásia, da Rússia e a do Brasil. No período de alta liquidez observa-se o fato de que as taxas de juros norte-americanas estão baixas, que o câmbio está sobrevalorizado, que há um movimento de redução dos juros domésticos e de que no cenário dos títulos públicos nacionais ocorre uma dominância de títulos públicos pré-fixados, uma vez que os detentores de riqueza aceitam carregar este tipo de títulos em situação de maior estabilidade.

Paralelamente, entre o final de 1997 e até 1999, o que se observa é um movimento de baixa liquidez internacional, de fugas de capitais e desvalorização do câmbio, de forte crescimento dos juros domésticos. Nesta situação os títulos públicos pós-fixados (cambiais e Selic) voltam a dominar o cenário de demanda dos detentores, dentre os quais os bancos.

A resposta imediata dos bancos à queda da inflação seguiu um padrão condicionado por dois aspectos. Por um lado, a queda da mesma eliminou a principal fonte de ganho dos bancos até então: o *floating*, que se refere a recursos provenientes de depósitos à vista de clientes, de cobranças e recursos de terceiros que ficavam temporariamente nas instituições financeiras sem que estas tivessem que pagar remuneração aos mesmos em situação inflacionária. Os mesmos recursos eram direcionados para aplicações que rendiam acima de inflação, garantindo ganho aos bancos no interregno que detinham os mesmos recursos. Estima-se que entre 1994 e 1995 os ganhos de *floating* caíram de R\$ 9,3 bilhões para R\$ 1 bilhão. A possibilidade de ganhos com a inflação, aliás, era o que justificava a existência de uma ampla rede de agências bancárias capaz de captar o máximo em depósitos à vista, mesmo que este perfil de estratégia gerasse altos custos operacionais para os bancos.

Por outro lado, a queda da inflação também permitiu que famílias de rendas mais baixas tivessem acesso ao crédito para o consumo. A soma desses dois aspectos, juntamente com o fato de que se tratava de um período de liquidez, induziu os bancos a reagirem à perda do *floating* aumentando as operações de crédito em seus ativos, fato já destacado por diversos analistas.

Esse padrão de reação, na verdade, já havia sido adotado nos primeiros meses após o Plano Cruzado, em 1986, quando a inflação também caiu abruptamente nos primeiros meses após o Plano. Porém, tal como então, essa foi uma estratégia que não gerou a continuidade do aumento do crédito. Já em 1995 a expansão das operações de empréstimos sobre o total do ativo dos bancos começou a arrefecer. Considerando este aspecto, no presente trabalho nos concentraremos nos dados pós 1995, quando esse ajuste inicial *ad hoc* já tinha ocorrido.

Para o início da análise a Tabela 1 resume a intensa mudança patrimonial ocorrida no período

**Tabela 1 – Participação Percentual no Ativo Total dos 50 maiores bancos do Conglomerado Bancário I**

	Dez/95	Jun/96	Dez/96	Jun/97	Dez/97	Jun/98	Dez/98	Jun/99	Dez/99
<b>Pub. Fed.</b>	38,1	34,4	35,6	34,5	43,5	39,9	42,9	42,1	41,3
<b>Pub. Est.</b>	21,4	20,3	20,5	19,1	7,9	6,3	6,3	4,7	4,4
<b>Priv. Nac.</b>	34,2	37,1	36,5	35,7	36,5	38,7	34,3	31,4	31,6
<b>Priv. Estr.</b>	6,3	8,3	7,4	10,7	12,2	15	16,5	21,8	22,7
<b>Total</b>	100	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
	Dez/00	Dez/01	Dez/02	Dez/03	Dez/04	Dez/05	Dez/06	Dez/07	
<b>Pub. Fed.</b>	35,1	31,6	34,2	36,4	34	32,9	31,1	28,7	
<b>Pub. Est.</b>	3,7	3,9	4,2	4	4	3,9	3,8	3,6	
<b>Priv. Nac.</b>	35,7	37	37,1	39,7	40,9	41,4	42,1	44,1	
<b>Priv. Estr.</b>	25,5	27,5	24,5	19,9	21,1	21,8	23	23,6	
<b>Total</b>	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	

**Fonte:** elaboração própria a partir de dados do Banco Central

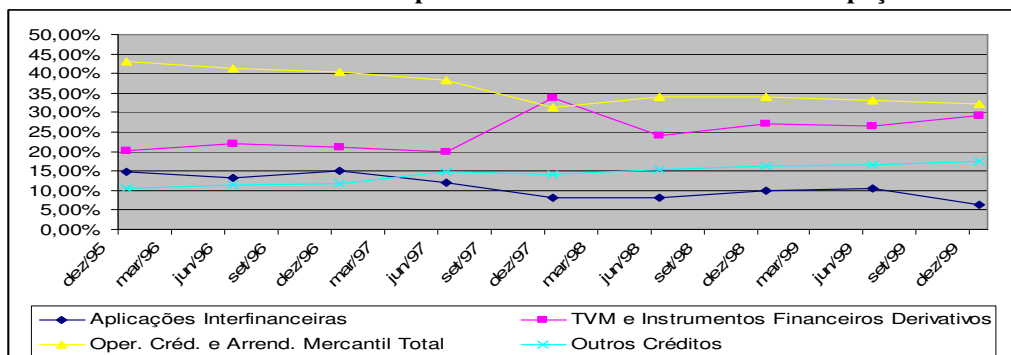
Conforme se pode atestar, nessa primeira fase ocorre uma grande mudança do lado dos bancos estrangeiros e dos Públicos. No caso dos primeiros, pode-se notar que a participação de seus ativos sobre o total do sistema mais que triplicou (de 6,3% em dezembro de 1995 para 22,7% em dezembro de 1999), observando-se ainda que mudou a composição entre os principais bancos desse grupo. De fato, o aumento da participação dos bancos estrangeiros no mercado brasileiro não se deu através dos bancos estrangeiros que até então atuavam no país. Foram o HSBC (capital inglês), o ABN (capital holandês), o Santander (capital espanhol) e o Bilbao Vizcaya (capital espanhol) que entraram no Brasil como bancos de varejo que impulsionaram esse crescimento, sendo que este último se retirou do Brasil em janeiro de 2003 quando foi comprado pelo Bradesco. Ou seja, no caso dos bancos estrangeiros, os “atores principais” mudaram.

Considerando os Bancos Públicos, também ocorreu uma importante transformação. De um lado, os “atores principais” desse grupo também continuaram os mesmos: o Banco do Brasil e a Caixa Econômica, mas os Bancos Estaduais foram sendo extintos. Observe-se que os Bancos Federais aumentaram sua participação no sistema, sendo muito desse aumento explicado pela federalização dos bancos estaduais. O que estava ocorrendo é que parte desses bancos foi federalizado e saneado (especialmente o BANESPA) para, posteriormente, ser privatizado.

No que se refere aos bancos privados nacionais, estes permaneceram com uma participação relativamente estável (em torno de 30/35%) e não houve mudança nos principais bancos desse grupo. Os maiores continuaram sendo o Bradesco, o Itaú e o Unibanco. A manutenção da fatia de mercado é importante pois isto se distingue do que ocorreu no resto da América Latina. No caso do Brasil, os grandes conglomerados financeiros permaneceram fortes.

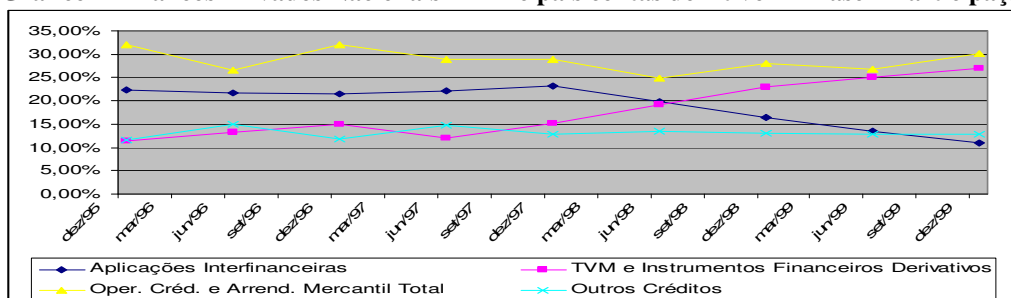
Isto posto, vejamos agora os ajustes das principais contas do ativo dos bancos para essa fase, apresentadas em termos de sua participação percentual no ativo, que podem ser visualizadas nos Gráficos 1, 2 e 3.

**Gráfico 1 – Bancos Públicos – Principais contas do Ativo – 1ª fase – Participação Percentual**



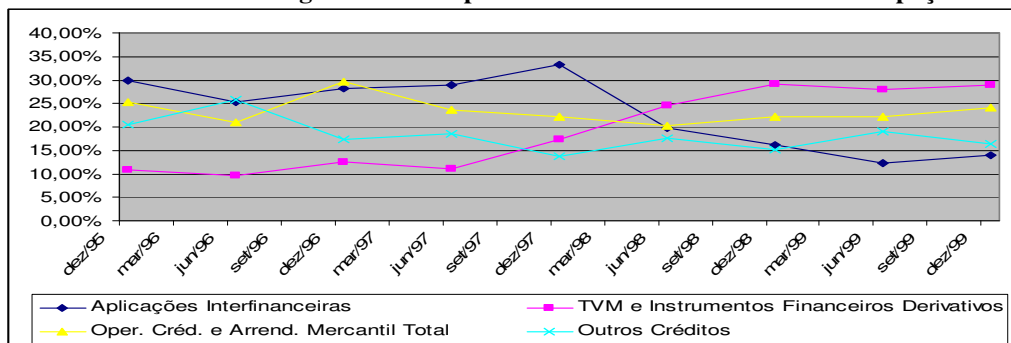
Fonte: elaboração própria a partir da dados do Banco Central

**Gráfico 2 – Bancos Privados Nacionais – Principais contas do Ativo – 1ª fase – Participação Percentual**



Fonte: elaboração própria a partir de dados do Banco Central

**Gráfico 3 – Bancos Estrangeiros – Principais contas do Ativo – 1ª fase – Participação Percentual**



Fonte: elaboração própria a partir de dados do Banco Central



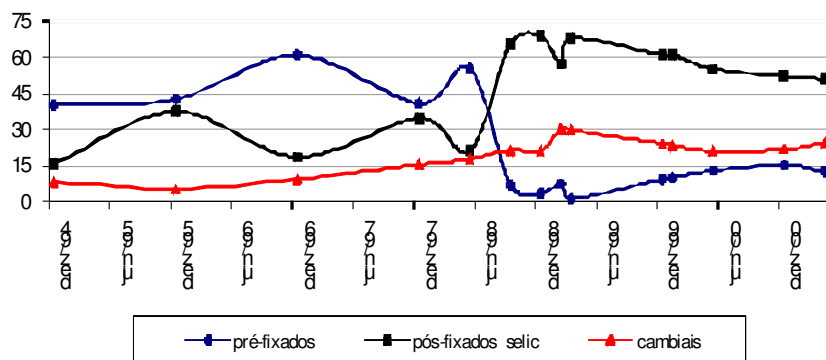
Pela análise gráfica dos dados, uma das características mais significativa desse período é que, a partir de segundo semestre de 1997, quando se iniciam os problemas do Sudeste Asiático, começa a ocorrer uma mudança de performance: i) Passa a ocorrer um forte crescimento da participação dos Títulos e Valores Mobiliários (TVM) nos ativos dos três grupos de bancos, que se acentua no final do mesmo ano; ii) as aplicações Interfinanceiras de Liquidez, que correspondem às reservas secundárias, perdem participação a partir do final de 1997.

No caso das aplicações em TVM, nos bancos públicos essa participação salta em junho de 1997 e passa a superar as operações de crédito. Após esse salto inicial a participação em TVM cai e se estabiliza ficando, mais uma vez, abaixo das operações de crédito. Nos bancos privados nacionais a participação dos TVM passa a crescer a partir de junho de 1997 e, no final de 1999, apresenta praticamente a mesma proporção que as operações de crédito. Já nos bancos estrangeiros, o peso das aplicações em TVM no ativo triplica, superando, com folga, a participação das Operações de Crédito.

Percebe-se então que aos primeiros sinais da crise da Ásia o Sistema Bancário Nacional (e antes de seu aprofundamento) reduziu a participação das Operações de Crédito em seu ativo, sendo que o aumento mais expressivo das aplicações em Títulos e Valores Mobiliários ocorreu quando o Banco Central ajustou os juros Selic para altos patamares. Recursos das Aplicações Interfinanceiras de Liquidez também migraram para TVM.

No que se refere às Aplicações Interfinanceiras, antes de junho de 1997, essa conta tinha maior participação nos ativos dos bancos privados (nacionais e estrangeiros) do que a conta TVM. A partir dessa data a situação começa a se reverter, com as duas contas praticamente tendo trocado de posição ao final do período. O motivo dessa reversão foi o aumento abrupto da Taxa Selic (passando de 20,69% a.a. para 43,4% a.a.).

**Gráfico 4 – Títulos Públicos Federais – Participação percentual por indexadores**



**Fonte: Banco Central**

Nesta situação, os maiores detentores de títulos públicos – os bancos - pressionaram o Governo por títulos pós-fixados (Gráfico 4) visando ganhar com altas futuras na taxa de juros e dirigiram os recursos das operações de créditos e das reservas secundárias para a compra maciça desses títulos.

Essa atitude dos bancos é bastante reveladora. Conceitualmente as Aplicações Interfinanceiras de Liquidez são um ativo mais líquido que os Títulos e Valores Mobiliários. Mesmo assim, a lucratividade esperada dos TVM fez com que os bancos aceitassem um ativo relativamente menos líquido em plena crise financeira internacional. Obviamente, os TVM são também uma aplicação bastante líquida, mas, sem dúvida, essa atitude mostra como os bancos estiveram dispostos, em nome da alta lucratividade, a diminuir suas reservas secundárias.

Um destaque a ser feito quanto à performance é a de que a lógica do ajuste durante as crise da Ásia e da Rússia foi basicamente a mesma nos três segmentos, só que é possível observar que no caso dos Bancos estrangeiros as operações de liquidez (TVM e Aplicações Interfinanceira) somadas foram mais agressivas do que na dos outros dois segmentos. Outra diferença importante foi a de que as operações de crédito dos Bancos públicos mantiveram uma participação mais elevada. Aliás, no final de 1997 houve uma certa retomada do crédito desses bancos em comparação com as demais contas do ativo.

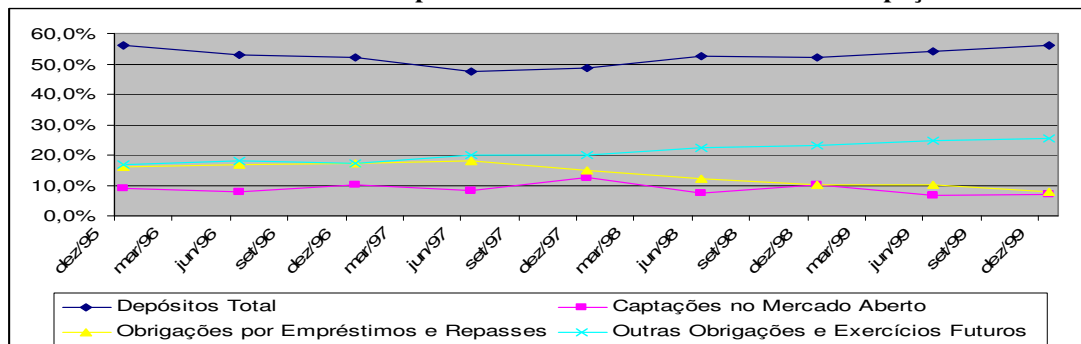
Vejam agora as principais contas do passivo dos bancos, que também explicam a lógica do ajuste.

De longe, a principal fonte de liquidez dos Bancos Públicos e dos Privados Nacionais são os depósitos, principalmente os depósitos a prazo (CDBs) e a caderneta de poupança. Representam, na média, mais de 50% do passivo dos públicos e mais de 40% do passivo dos privados nacionais. As contas de “Outras Obrigações” e de “Repasses” ficam em segundo plano, sendo que quando se inicia crise cai a participação dos repasses.

em torno de 30% e eles são seguidos de perto pelas contas “Outras Obrigações”, que inclui a Carteira de Câmbio e por “Empréstimos e Repasses”, sendo que esta última supera as captações de depósitos até o final de 1996.

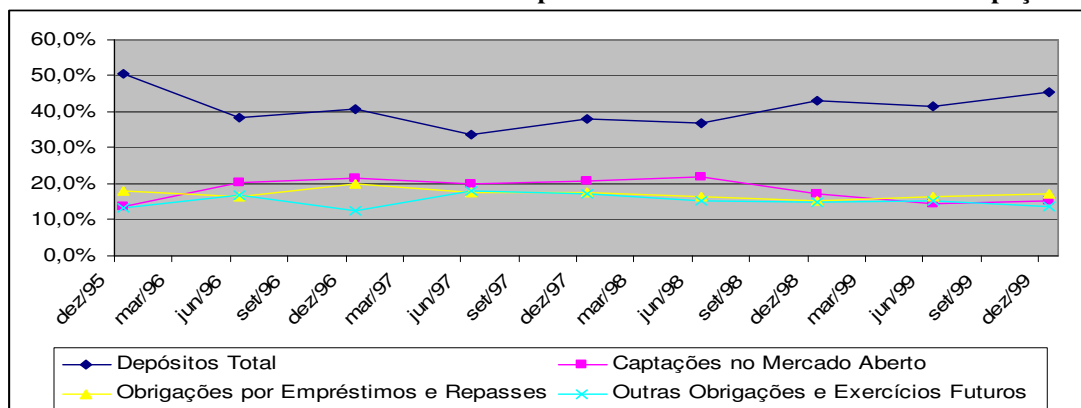
Estes dados podem ser observados nos Gráficos 5, 6 e 7. Quanto aos componentes da conta “Empréstimos e Repasses” é necessário desagregá-la para uma maior compreensão. Para efetuar tal estudo analisamos de forma mais detalhada o balancete dos três maiores bancos por segmento, selecionados para o estudo dos três períodos sob estudo de acordo com o Quadro 2. No caso do interregno que ora analisamos não iremos considerar o ABN, pois ele só adquiriu o Banco Real em novembro de 1999.

**Gráfico 5 – Bancos Públicos – Principais contas do Passivo – 1ª. Fase – Participação Percentual**



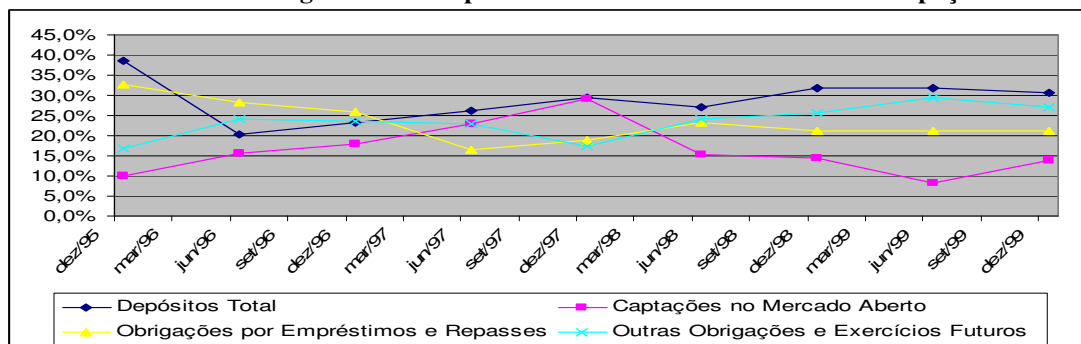
**Fonte:** elaboração própria a partir de dados do Banco Central

**Gráfico 6 – Bancos Privados Nacionais – Principais contas do Passivo – 1ª fase – Participação Percentual**



**Fonte:** elaboração própria a partir de dados do Banco Central

**Gráfico 7 – Bancos Estrangeiros – Principais contas do Passivo – 1ª fase – Participação Percentual**



**Fonte:** elaboração própria a partir de dados do Banco Central

**Quadro 2 – Maiores bancos por segmento**

Tipo de Controle	Principais Bancos
Público	Banco do Brasil, Caixa Econômica Banco do Nordeste
Privado Nacional	Bradesco, Itaú e Unibanco
Estrangeiro <sup>9</sup>	HSBC, Santander-Banespa e ABN-Amro (Real)

<sup>9</sup> A análise dos bancos estrangeiros nessa fase é particularmente complexa devido à grande mudança estrutural ocorrida nesse segmento. Assim, a escolha dos 3 maiores bancos estrangeiros precisa ser qualificada. Além de o ABN não ser considerado no período 1995-1999, observamos o fato de que o HSBC e o Santander só ingressaram no país no segundo semestre de 1997. No presente momento o que nos interessa é entender a composição da conta Empréstimos e

Ao abrir a Conta Empréstimos e Repasses nos Bancos Públicos observamos que o componente principal são os “Recursos para Destinação Específica” que são, segundo o Cosif, “recursos de governos ou entidades públicas, administrados pela instituição, que se destinam a planos específicos de interesse governamental”. Ou seja, são recursos de repasses de instituições financeiras públicas, como o BNDES, e vindos do governo.

Já nos bancos estrangeiros o principal componente da conta “Empréstimos e repasses” são os empréstimos do exterior. Assim, se somarmos estes recursos dos Bancos Estrangeiros aos de “outras obrigações”, que incluem a carteira de câmbio, podemos ver que até meados de 1997 os bancos estrangeiros adquirem parte importante da liquidez necessária para suas atividades a partir de endividamento em moeda estrangeira. Do final de 1997 há uma queda da participação dessas duas contas mas, a partir do final de 1998, as mesmas passam a aumentara sua participação.

Assim, entre os anos de 1995 e 1999 , há uma intensa mudança patrimonial em um cenário de forte instabilidade financeira internacional. Nesse cenário, os bancos, sejam eles públicos, privados nacionais ou estrangeiros, responderam aumentando a participação em seus portfólios dos títulos públicos pós-fixados pela taxa de juros às custas da estagnação das operações de crédito e, inclusive, da redução das reservas secundárias. Este movimento foi mais acentuado nos bancos estrangeiros.

#### **IV. Segunda Fase**

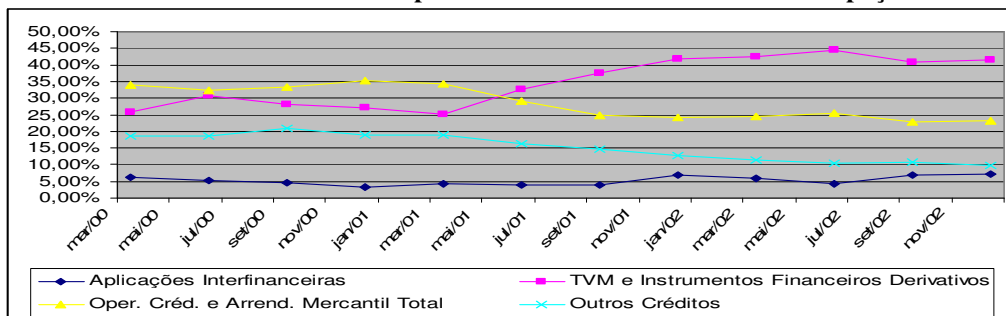
Essa fase caracteriza-se por ser um período de ajuste e transição. Vai de 2000 a 2002. O ápice da repercussão no Brasil da crise internacional já ocorreu, em janeiro de 1999. Quanto à mudança patrimonial do sistema bancário, a maior parte do ajuste já foi realizado. Por outro lado, não havia ainda um quadro de estabilidade. A crise da Argentina, em 2001, no plano externo, e a eleição de Lula, no plano interno, ainda eram focos de instabilidade, do ponto de vista os agentes do sistema bancário.

No caso das finanças internacionais é um período em que se alternam fases rápidas de expansão seguidas de abruptas retrações. A partir de 2002, no plano internacional já se inicia uma fase da maior estabilidade, ainda que permaneça ainda certa cautela por parte dos grandes aplicadores. Neste sentido, considerando o Brasil, ainda atravessamos problemas pois, tendo em vista a cautela citada qualquer fato considerado desfavorável ainda causa movimentos de saída em massa de recursos por parte dos que aplicam em títulos (Investimentos em Carteira).

---

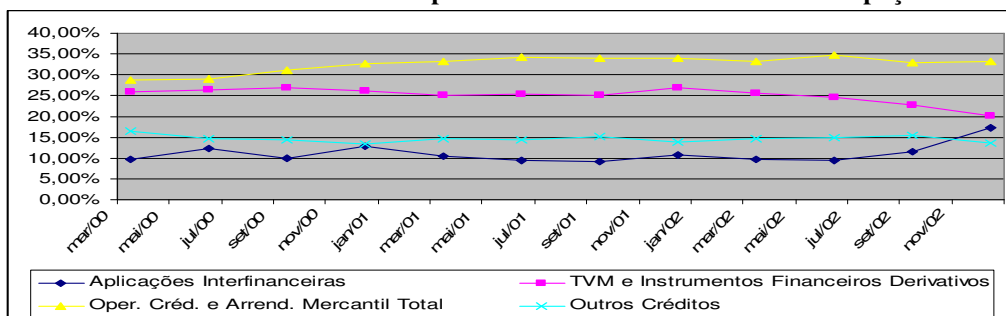
repasses.Podemos usar os dados do HSBC e do Santander para nos esclarecer pois Apesar disso, usaremos os dados do HSBC e do Santander porque é justamente a partir do segundo semestre de 1997 que as contas Empréstimos e Repasses e Outras Obrigações passam a ter um movimento de alta mais nítido.

**Gráfico 8 – Bancos Públicos – Principais contas do Ativo – 2ª fase – Participação Percentual**



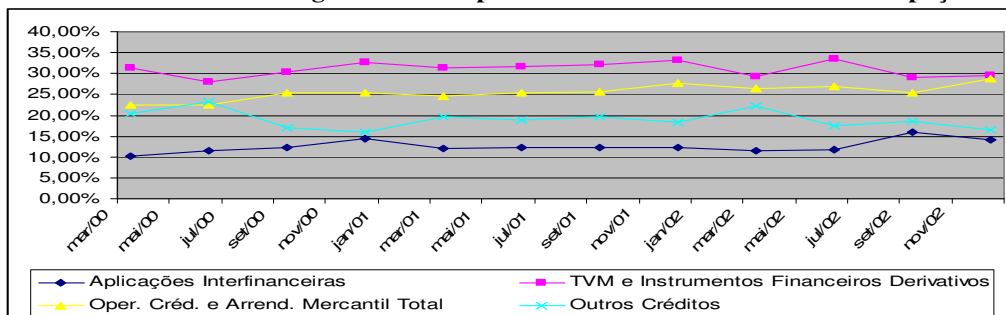
Fonte: elaboração própria a partir de dados do Banco Central

**Gráfico 9 – Bancos Priv. Nac. – Principais contas do Ativo – 2ª fase – Participação Percentual**



Fonte: elaboração própria a partir de dados do Banco Central

**Gráfico 10 – Bancos Estrangeiros – Principais contas do Ativo – 2ª fase – Participação Percentual**



Fonte: elaboração própria a partir de dados do Banco Central

Como pode ser visto nos gráficos 8 a 10 as três categorias de bancos reagiram de forma diferente na segunda fase. A evolução do ativo dos bancos públicos é o que mais chama a atenção. Essa categoria de banco que, mesmo durante a crise, havia mantido as operações de crédito acima das aplicações em TVM passa, a partir de junho de 2001, a ter um padrão completamente diferente. Em dezembro de 2001, as aplicações em TVM já representam 41,9% do ativo, enquanto que as operações de crédito decresceram para apenas 24,3%, padrão que se mantém durante toda a fase. Esse comportamento atípico tem sua explicação na edição da Medida Provisória 2155/2001 (reeditada depois com o número 2196-3), que criou o Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais, conhecido como o “Proer 2”. Esse programa agiu direta e indiretamente nos portfólios dos

bancos federais envolvidos (Banco do Brasil, Caixa Econômica, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia). Diretamente, o “Proer 2” substituiu os empréstimos inadimplentes - chamados de empréstimos podres - por títulos públicos. Indiretamente, a MP orienta os bancos a ter uma postura muito mais precavida quanto às operações de crédito, atuando com uma grande folga em relação aos limites impostos pelo Acordo de Basiléia. Assim, as medidas de ajuste microeconômico do controlador dos bancos federais, o governo, forçou os bancos públicos possuírem em seus ativos um percentual maior de títulos do que de operações de crédito, à despeito da conjuntura econômica ser mais estável que na fase anterior.

Uma informação importante é que grande parte desses empréstimos podres trocados por títulos referem-se a crédito agrícola (caso do Banco do Brasil) e crédito para habitação (caso da Caixa Econômica), que são setores em que o sistema bancário privado, por decisão estratégica própria, não cobre, cabendo historicamente ao sistema público suprir essa deficiência.

Os bancos privados nacionais mantiveram as operações de crédito como a principal conta de seus ativos, atingindo 34,8% em junho de 2002. Consideramos que esse comportamento se enquadra em um comportamento que podemos considerar como “típico”. Quando a crise é amenizada as operações de crédito, mais rentáveis e menos líquidas, passam a ocupar maior espaço no ativo bancário. Mesmo assim, cabe observar que, ainda que seja um período menos conturbado do que o anterior, este segundo período não pode ser considerado “de liquidez”. A análise dos movimentos financeiros internacionais atesta este fato, indicando que ocorre nestes anos um processo de “*feast or famine*” (FMI, 2002 e 2003), em que ocorrem vários micro-ciclos de expansão e retração dos recursos dirigidos a países periféricos, influenciados pela dinâmica da taxa de juros norte-americana. No caso brasileiro, a ocorrência destes movimentos de *stop and go* gera ainda desvalorizações cambiais e movimentos de ajustes (para cima) nos juros domésticos. As taxas de juros ainda permanecem altas e ainda dominam os títulos públicos pós-fixados. Neste sentido, pode-se observar que as aplicações em TVM mantêm grande participação no ativo, sendo que as aplicações interfinanceiras não retomam o patamar anterior.

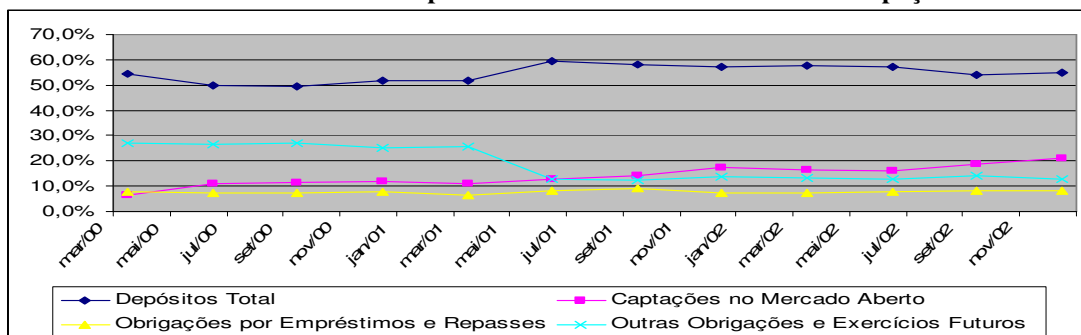
Os bancos estrangeiros tiveram um comportamento diverso. Mesmo nessa segunda fase continuaram com as aplicações em TVM maiores que as em operações de crédito. Dessa forma, já podemos ver que os bancos estrangeiros demonstram uma maior rigidez para reverter suas posições defensivas sem, no entanto, deixar de terem lucro especulativo originado das ainda altas taxas de juros sobre os títulos públicos.

A hipótese que propomos para explicar esse padrão é que a matriz estrangeira desses bancos define sua postura dando um peso maior ao cenário internacional e regional na qual as suas filiais está atuando. Assim, como essa fase é ainda de instabilidade para a América Latina, a expansão dos

empréstimos fica comprometida, ainda mais se se considera a alta rentabilidade das aplicações em títulos.

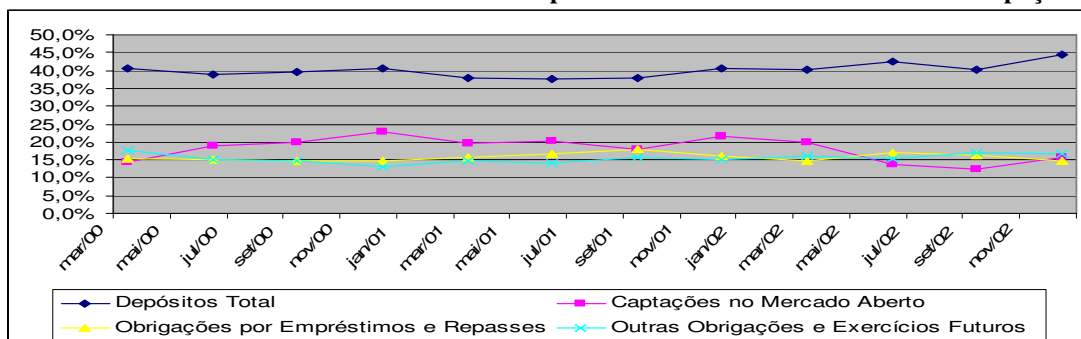
Para a segunda fase, a evolução das contas do passivo é mostrada nos Gráficos 11 a 13.

**Gráfico 11 – Bancos Públicos – Principais contas do Passivo – 2ª fase – Participação Percentual**



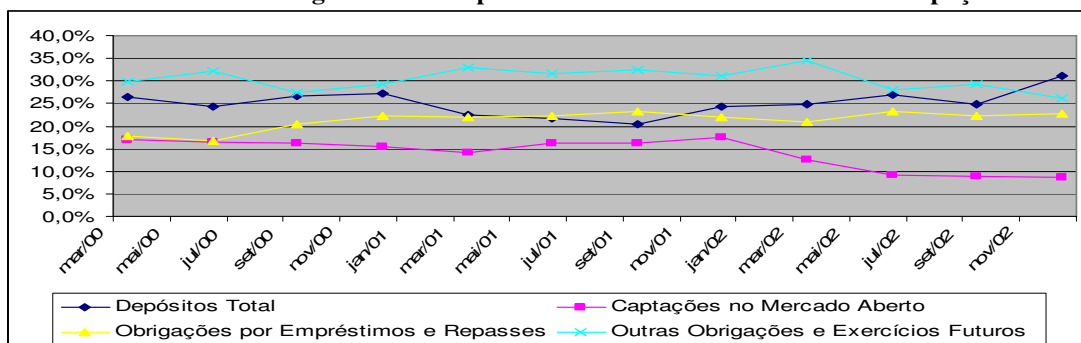
Fonte: elaboração própria a partir de dados do Banco Central

**Gráfico 12 – Bancos Privados Nacionais – Principais contas do Passivo – 2ª fase – Participação Percentual**



Fonte: elaboração própria a partir de dados do Banco Central

**Gráfico 13 – Bancos Estrangeiros – Principais contas do Passivo – 2ª fase – Participação Percentual**



Fonte: elaboração própria a partir de dados do Banco Central

Em geral, os bancos mantiveram suas formas de financiamento semelhantes à da fase anterior. Os bancos públicos e privados nacionais continuam tendo como captação principal os depósitos. No caso específico dos bancos públicos, as obrigações com empréstimos e repasses mantiveram sua pequena participação, sempre abaixo dos 10%. A grande mudança foi na conta Outras Obrigações. Essa conta cai de 25,7% em maio de 2001 para 12,9% em junho do mesmo ano. Como dissemos antes, o principal

componente da conta Outras Obrigações, nos bancos públicos, são os Repasses com Destinação Específica. Acontece que a partir da edição do Proer 2, essa fonte de captação se reduz bruscamente, puxando pra baixo toda a conta. Essa subconta sozinha representava, em maio de 2001, 18,4% do passivo e, no mês seguinte, caiu para apenas 3,2%.

Nos bancos estrangeiros, as diferenças qualitativas se acentuam nessa fase. A principal fonte de liquidez dessa categoria de banco continuam não sendo os depósitos, mas sim a conta Outras Obrigações. Em setembro de 2001, os depósitos foram ultrapassados também pelos empréstimos e repasses. Nesse mês, a conta Outras Obrigações, que incluem a carteira de câmbio, representava 32,4% do passivo enquanto que os empréstimos e repasses e os depósitos representavam 23,3% e 20,3%, respectivamente. De qualquer forma, os bancos estrangeiros, nessa segunda fase, consolidam uma estrutura de financiamento nitidamente diferente dos bancos nacionais, públicos ou privados.

Ou seja, vemos que nesse segundo período os bancos privados nacionais começam a traçar um caminho no sentido inverso do percorrido durante as crises que se abateram no período anterior. A importância relativa das operações de crédito crescem em relação às aplicações em títulos, ainda que a participação dos primeiros no ativo não se expanda com grande expressão. Os bancos estrangeiros, ao contrário, mostram-se mais resistentes em alterar as posições assumidas na fase anterior.

Paralelamente, para os bancos públicos essa é uma fase de ajuste microeconômico que tem a ver com o seu papel específico em termos de intervenção econômica e de ajuda no saneamento do Sistema Financeiro. Neste sentido, o comportamento desse segmento não é completamente “livre”, daí que sua dinâmica seja particular, não determinada meramente pela decisão em prol da valorização e da relação entre liquidez e segurança.

## **V. Terceira Fase**

Na maior parte dessa fase não há crises financeiras internacionais significativas e a crise no sistema norte-americano só viria a manifestar-se no final de 2007, aprofundando-se no segundo semestre de 2008. A esperada – desejada – ruptura do governo Lula com o modelo econômico de FHC não se efetivou. Paralelamente, a consolidação bancária já estava realizada, sendo que alguns dos bancos estrangeiros que haviam ingressado já tinham saído do mercado. Aí já se concretizara o fato de que os bancos privados nacionais continuavam dominando uma fatia importante do mercado.

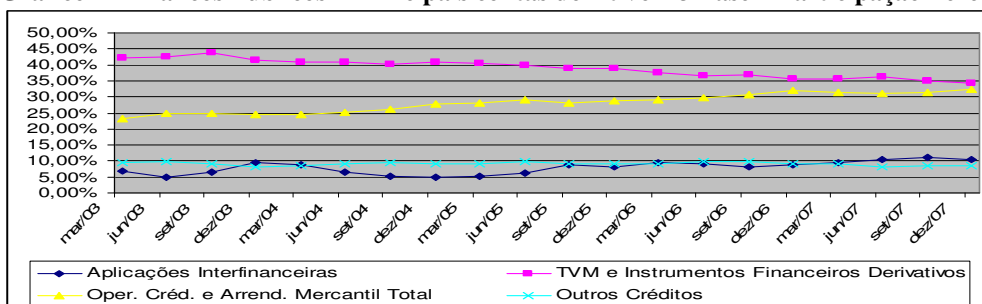
A partir de 2003 e até o final de 2007, entramos então numa fase de estabilidade em que o câmbio se encontra valorizado, em que passam a ocorrer paulatinas reduções dos juros domésticos (ainda que cautelosas). Um indicador expressivo dessa nova fase é a capacidade do governo de emitir títulos públicos pré-fixados, observando-se que essa capacidade havia sido perdida em junho de 1998, durante



a crise. Para se ter idéia dessa dinâmica, em abril de 2003, quando os títulos públicos pré-fixados representavam apenas 1,9% do total da dívida pública mobiliária federal e os títulos pós-fixados pela taxa de juros atingiam 69,7%. Em junho de 2007, os títulos pré-fixados ultrapassaram os pós-fixados, 38,7% contra 36,3%. Essa fase pode ser considerada como de estabilidade financeira e então é interessante comparar o ajuste que aí ocorre com os períodos anteriormente analisados.

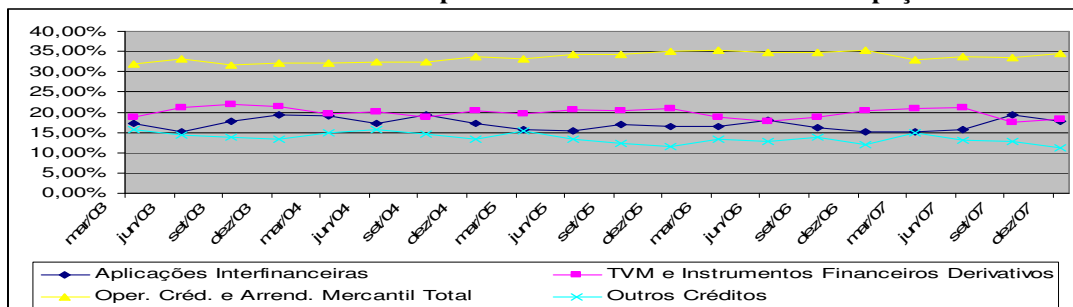
Em relação à fase anterior, importa-nos principalmente avaliar o comportamento das operações de crédito. Seguindo Oliveira e Racy (2007:05), “O crédito sai do piso de 21,8% do PIB em janeiro de 2003 e atinge 30,8% do PIB em dezembro de 2006, um crescimento de 9% do PIB em menos de três anos”. Isto posto, importa-nos também saber o peso relativo que esse tipo de operação passa a ter no ativo de cada grupo de banco. Os Gráficos 14 a 16 nos ajudam a entender essa questão.

**Gráfico 14 - Bancos Públicos – Principais contas do Ativo – 3ª fase – Participação Percentual**



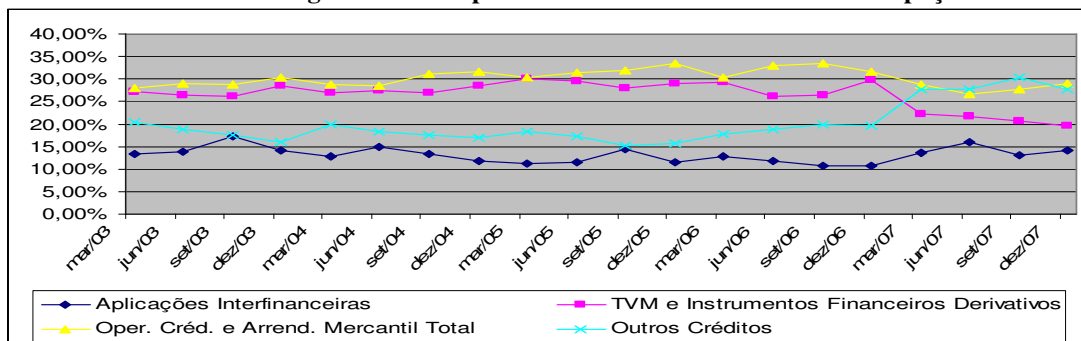
Fonte: elaboração própria a partir de dados do Banco Central

**Gráfico 15 - Bancos Priv. Nac. – Principais contas do Ativo – 3ª fase – Participação Percentual**



Fonte: elaboração própria a partir de dados do Banco Central

**Gráfico 16 - Bancos Estrangeiros – Principais contas do Ativo – 3ª fase – Participação Percentual**



Fonte: elaboração própria a partir de dados do Banco Central

Como podemos constatar, a importância das operações de crédito no portfólio dos três grupos de bancos têm uma trajetória de crescimento. Nos públicos, as operações de crédito se aproximam das aplicações em Títulos e Valores Mobiliários. Apesar desse crescimento, a grande participação das TVM é um fato que precisa ser destacado. A necessidade dos bancos públicos de, por um lado, atingirem a eficiência econômica e os termos do Acordo de Basiléia<sup>10</sup> e, de outro, cobrir as deficiências do sistema bancário privado na oferta de crédito para determinadas áreas faz com que os bancos públicos sejam obrigados a manterem os TVM com um peso percentual alto em seus ativos para, assim, conseguir níveis adequados de liquidez.

Já os ativos dos bancos privados nacionais aumentam mais fortemente suas operações de crédito no Ativo. As operações de crédito mantiveram-se durante toda a fase com uma participação bem superior que as aplicações em TVM. Assim, esses dados dão suporte à conclusão do mencionado artigo de Oliveira e Racy (2007) de que a expansão do crédito no Brasil pós-2003 foi puxada primordialmente pelos bancos privados nacionais. Observe-se, no entanto, que este resultado animador deve ser qualificado. De um lado, a participação do crédito no ativo não ultrapassam a casa dos 35%, sendo que a redução das operações em TVM não foi, de fato convertida essencialmente em empréstimos. Na verdade o que ocorreu foi um aumento das chamadas “reservas secundárias”, num período em que os ganhos com títulos não se apresentam tão expressivos como nos dois períodos anteriormente analisados.

No caso dos bancos estrangeiros, a participação das operações de crédito também aumentou, saindo de 27,8% em março de 2003 para o pico 33,3% em setembro de 2006. Porém, o que chama a atenção é que nos bancos estrangeiros essa ascensão do crédito foi acompanhada pelas aplicações em TVM que mesmo nessa fase de liquidez apresentaram quase que o mesmo peso que as Operações de Crédito no Ativo. Para se ter idéia do peso dessas aplicações, em termos absolutos, em dezembro de 2006, os bancos estrangeiros tinham R\$116,1 bilhões aplicados em TVM e os bancos privados nacionais tinham R\$146,2 bilhões apesar de, àquele tempo, os bancos estrangeiros responderem por 23% do ativo total dos 50 maiores bancos enquanto os privados nacionais detinham 42,1% (Tabela 1). Com isso, podemos dizer que são os bancos estrangeiros são mais agressivos nas aplicações com títulos e valores mobiliários. Outro ponto que merece destaque é que, em 2007, para essa categoria de banco, tanto as TVM como as operações de crédito passam a apresentar uma trajetória de queda como consequência do aumento da importância percentual da carteira de câmbio, incluída na conta “Outros

---

<sup>10</sup> Para uma discussão acerca das regulações e impactos relativos aos Acordos de Basiléia sobre o Brasil vide MENDONÇA, Ana Rosa R. & ANDRADE, Rogério P.

Créditos”. Em junho de 2007 a conta Outros Créditos ultrapassa, pela primeira vez, as operações de crédito.

Para entender melhor esta dinâmica, mais uma vez analisamos em maior detalhe os balancetes dos três maiores bancos por segmento (Quadro 2) em dezembro de 2007, e detectamos que os bancos públicos tinham R\$9,2 bilhões de empréstimos em moeda estrangeira, os bancos privados nacionais tinham R\$33,1 bilhões e os estrangeiros R\$ 61,1 bilhões. Comparando as três categorias, os bancos estrangeiros eram responsáveis por 59% do total de empréstimos em moeda estrangeira, sendo assim os grandes responsáveis por esse tipo de crédito. Uma implicação importante é que os empréstimos em moeda estrangeira podem ser os primeiros a ser reduzidos nos momentos de instabilidade, como aqueles que ocorrerão a partir da eclosão da Crise de Sub-Prime.

Antes de passarmos a discussão dos passivos, faremos uma análise mais detalhada sobre a expansão do crédito, para qualificar devidamente a expansão observada no período. Também nesse caso usaremos os dados dos balancetes com maior nível de desagregação, considerando os bancos do Quadro 2., o que gera os Gráficos 17,18 e 19.

São duas as principais observações que devem ser feitas da análise dos gráficos acima. A primeira é que a participação percentual das operações de crédito dos financiamentos rurais e agroindustriais e dos financiamentos imobiliários é muito superior nos bancos públicos do que nos bancos privados sejam nacionais ou estrangeiros. Isso significa que o crédito para a agroindústria e para o setor imobiliário continua concentrado nos bancos públicos a despeito das mudanças prometidas com a entrada dos bancos estrangeiros. Pelo que mostram os dados, os bancos estrangeiros adotam uma postura similar aos bancos privados nacionais, o que constitui mais uma evidência empírica de que os bancos estrangeiros muito mais se adaptaram ao sistema bancário brasileiro do que modificaram-no.

A segunda observação é que a expansão do crédito foi impulsionada pelas componentes Empréstimos e Financiamentos. Trata-se, fundamentalmente, do crédito para o consumo. Dois fatores têm sido apontados como as bases da expansão desse tipo de crédito. Um é a criação do crédito consignado<sup>11</sup>. O outro é a estratégia dos bancos de atrelarem seus serviços às grandes lojas de departamento e redes varejistas.

A grande vantagem para o banco é que o crédito consignado praticamente elimina o risco de inadimplência e tem se mostrado um ativo extremamente rentável para os bancos. Desde sua criação eles cresceram enormemente. Além do empréstimo propriamente dito os bancos inovaram também ao oferecerem um cartão de crédito consignado, onde os débitos feitos com o cartão são também

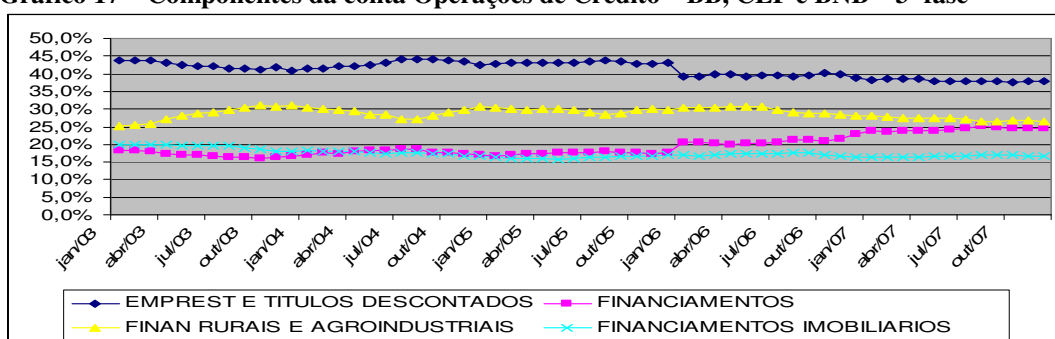
---

<sup>11</sup> Foi criado no Brasil em 2003, através da Medida Provisória 130/2003 e da Lei 10.820/2003

descontado na folha do devedor, sendo que nesses casos o teto dos juros é maior, de 3,5% ao mês (51% ao ano). No início de 2008, as regras do crédito consignado para aposentados e pensionistas tiveram que ser revistas dado o grande número de pessoas que estavam com suas folhas de pagamentos quase completamente comprometidas com o pagamento das dívidas e a relatos de abuso por parte dos bancos.

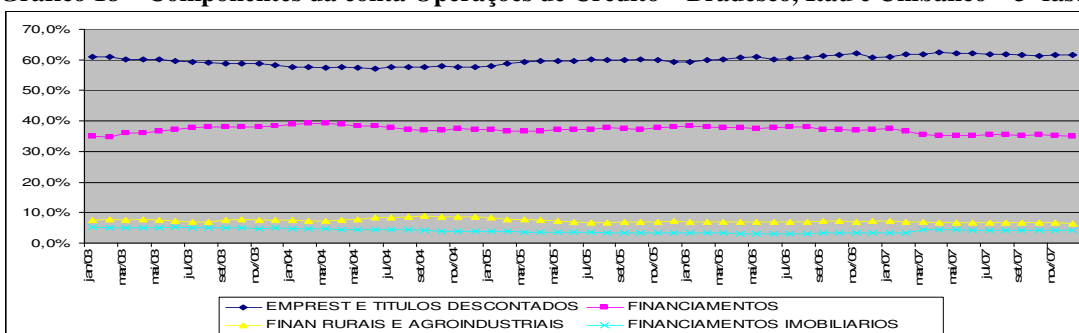
O outro foco de ação são os serviços financeiros que os bancos, através das suas financeiras, oferecem aos clientes de grandes lojas, principalmente lojas de departamentos e redes de varejo. A vantagem é que os bancos podem oferecer, pela própria natureza de seus negócios, melhores condições de pagamento e parcelamento. Para a loja, funciona como uma terceirização do seu “setor de crediário”

**Gráfico 17 – Componentes da conta Operações de Crédito – BB, CEF e BNB – 3ª fase**



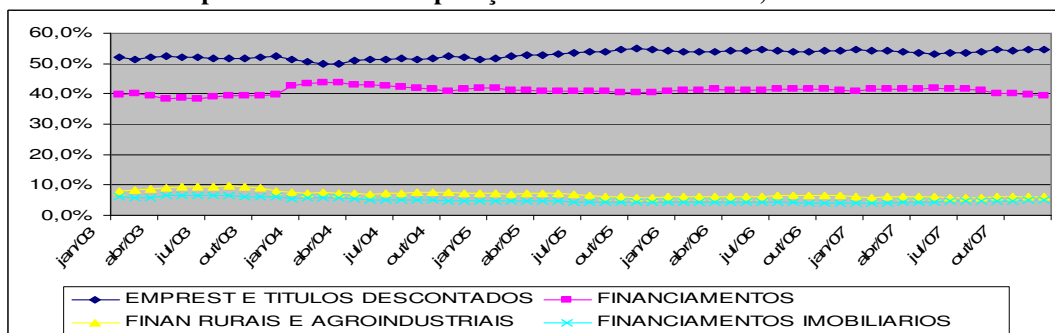
Fonte: elaboração própria a partir de dados do Banco Central

**Gráfico 18 – Componentes da conta Operações de Crédito – Bradesco, Itaú e Unibanco – 3ª fase**



Fonte: elaboração própria a partir de dados do Banco Central

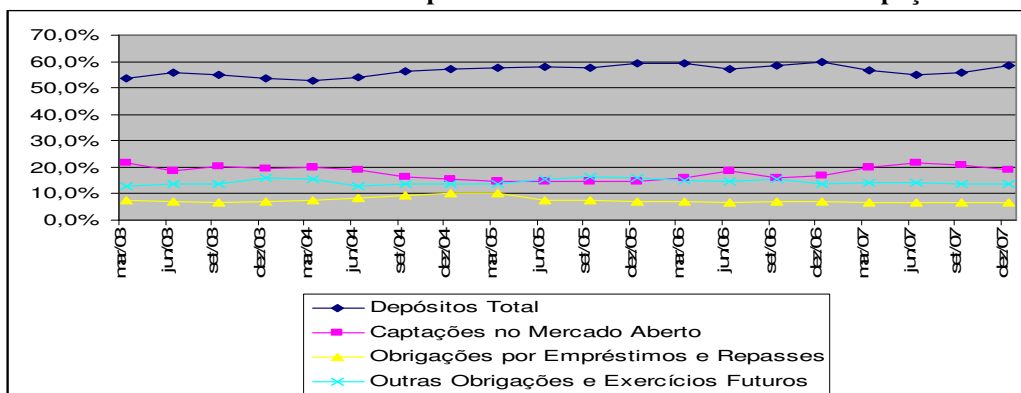
**Gráfico 19 – Componentes da conta Operações de Crédito – HSBC, Santander e ABN – 3ª fase**



Fonte: elaboração própria a partir de dados do Banco Central

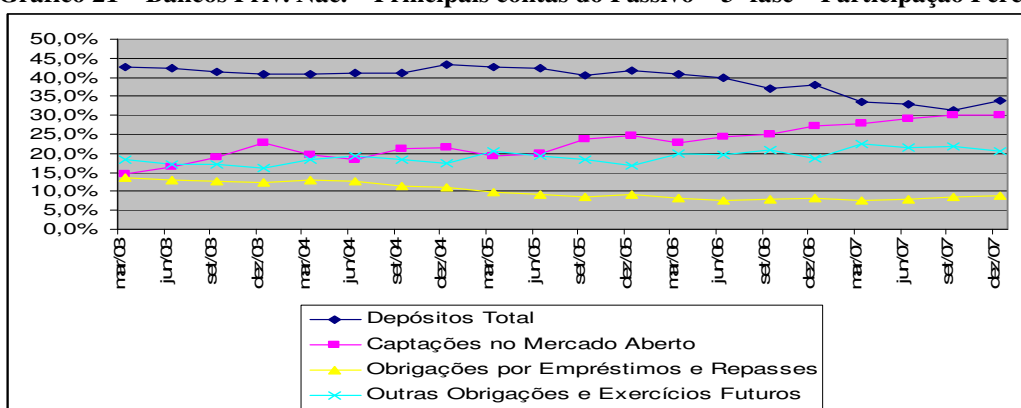
Para essa terceira fase, o comportamento dos passivos para as três categorias de banco foi:

**Gráfico 20 – Bancos Públicos – Principais contas do Passivo – 3ª fase – Participação Percentual**



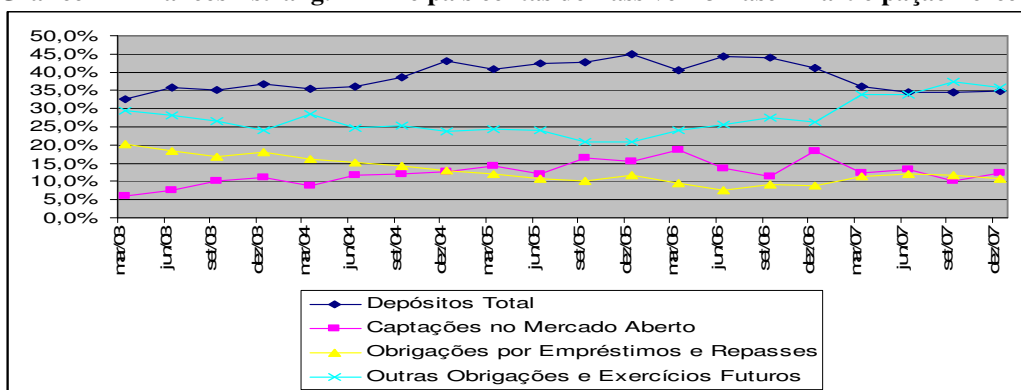
Fonte: elaboração própria a partir de dados do Banco Central

**Gráfico 21 – Bancos Priv. Nac. – Principais contas do Passivo – 3ª fase – Participação Percentual**



Fonte: elaboração própria a partir de dados do Banco Central

**Gráfico 22 – Bancos Estrang. – Principais contas do Passivo – 3ª fase – Participação Percentual**



Fonte: elaboração própria a partir de dados do Banco Central

Nos bancos públicos, as fontes de liquidez continuam centradas basicamente nos depósitos, tal como no início do processo de modificações no sistema bancário nacional, em 1995. Nos bancos privados, as mudanças no Sistema Bancário Nacional alteraram significativamente suas fontes de liquidez. Na primeira fase, a estrutura de captação desses bancos era semelhante à dos bancos públicos, com peso maior para os depósitos. Nessa terceira fase, em setembro de 2007, os depósitos representam

31,4% do passivo, praticamente com o mesmo peso das captações em mercado aberto que responderam nesse mês por 30% do passivo. Dentre os diversos tipos de depósitos, foi a caderneta de poupança quem mais caiu. Em dezembro de 1998 era a principal fonte de captação dos bancos privados, com 19,9%. Em junho de 2007 reduz sua participação para apenas 8,2%. O interessante é que, nessa terceira fase, a estrutura do passivo dos bancos privados nacionais torna-se muito mais semelhante à dos bancos estrangeiros, não centrada quase que exclusivamente nos depósitos. Só que a principal diferença é que nos privados nacionais a alternativa aos depósitos são as captações no mercado aberto enquanto que nos estrangeiros, pela sua própria natureza patrimonial, são as captações em moeda estrangeira, como veremos mais adiante. A consequência dessa mudança é que os depósitos são, conceitualmente, passivos mais estáveis e a redução dessa conta pode representar maior fragilidade das captações dos Bancos Privados Nacionais em momentos de instabilidade.

Nos bancos estrangeiros, a conta “Outras Obrigações” perde sua importância para os depósitos, puxados principalmente pelos depósitos a prazo (CDBs). Porém, em 2007 as Outras Obrigações voltam a ser a principal fonte de liquidez dos bancos estrangeiros. Como era de se esperar, esse crescimento é uma consequência do aumento da carteira de câmbio em momento de valorização cambial. Ao que parece, os bancos estrangeiros descobriram um nicho de mercado lucrativo ao emprestarem com indexação em moeda estrangeira, financiando esses empréstimos também com captação estrangeira. As facilidades decorrentes da própria estrutura patrimonial explicam esse movimento. Obviamente, a diferença entre a taxa cobrada pelos empréstimos em moeda estrangeira e a taxa paga nas captações que viabilizam esses empréstimos (*spread*) é vantajosa para os bancos, além de manterem o balanço protegido contra o risco de câmbio. Os bancos estrangeiros captaram em dezembro de 2007 R\$56,9 bilhões o que representa 65,3% do total de moeda estrangeira captado pelos bancos no Brasil.

## **VI. Considerações finais**

Após essa análise do ajuste dos portfólios bancários para fases distintas e para os segmentos com diferentes controles patrimoniais, sintetizamos alguns dos principais aspectos levantados.

Do ponto de vista do controle patrimonial, a principal mudança observada no período sob estudo foi, sem dúvida, a grande redução dos bancos estaduais e o aumento da participação dos bancos estrangeiros. Vimos que esses últimos mantiveram durante todo o período estudado uma alta preferência pela liquidez, o que pode ser visto pela sempre elevada participação em seus portfólios de ativos líquidos, como as aplicações em TVM e Aplicações Interfinanceiras .

Na fase de crise e de *stop and go*, foram os que mais aumentaram as aplicações em títulos em relação às Operações de Crédito e, mesmo na fase de estabilidade, mantiveram as aplicações em TVM

no mesmo patamar que as Operações de Crédito. Já a composição desses créditos ofertados é semelhante à dos bancos privados nacionais, cabendo ao Setor Público o financiamento agrícola e imobiliário.

Para financiar suas posições, os bancos estrangeiros têm feito valer sua vantagem em captação externa através de suas matrizes, o que podemos observar pela sempre grande importância relativa da conta “outras obrigações – carteira de câmbio”, onde são contabilizados esse tipo de endividamento bancário. A partir de 2007, as operações com moeda estrangeira voltaram a ter uma grande importância em seus portfólios, indicando que esses bancos continuam sendo os mais sensíveis aos movimentos do capital internacional. Ainda assim, é importante observar que, mesmo considerando estas captações, eles não estavam incorrendo em risco de câmbio, pois os parte desses recursos se dirigiram a empréstimos com correção cambial.

Os bancos privados nacionais, apesar de manterem e até ampliarem sua participação no mercado financeiro brasileiro, também tiveram que se adequar ao ajuste. Mantiveram a composição de seus ativos mais ou menos estável, com as Operações de Crédito sendo sempre a principal conta. Na instabilidade, aumentaram a participação das aplicações em TVM, mas, diferentemente dos bancos estrangeiros, logo após a crise diminuíram essas aplicações e foram os principais responsáveis pelo aumento recente da oferta de crédito no país. Ainda assim, um ponto essencial a observar é o de que esta expansão é limitada, pois constatamos que a participação das Operações de Crédito no ativo não superou os 35%. Ademais, a própria expansão esteve ligada ao crédito consignado, que apresenta lucratividade sem risco.

Do lado do passivo, a estrutura de captação dos bancos privados nacionais se alterou bastante. A caderneta de poupança, uma das suas principais fontes no início do período estudado, perdeu importância e com ela os depósitos totais. Sugerimos que essa seja uma das consequências da redução do número de agências, para compensar as perdas com o fim do *floating*. Perderam também importância os empréstimos e repasses. No lugar dessas fontes, vimos crescer as captações diversas, contabilizadas na conta Outras Obrigações e as captações em mercado aberto. A consequência é que a estrutura de captação dessa categoria de banco pode tornar-se mais frágil.

Considerando análise dos Bancos Privados vemos que, no caso do Brasil, o ajuste de portfólio nos momentos de estabilidade é muito menos pró-crédito do que seria de se esperar se usássemos o parâmetro de outros sistemas bancários. No caso de nosso país, a existência de títulos públicos altamente rentáveis, com baixo risco e facilmente negociáveis em mercado secundário dá um colchão de liquidez importante ao sistema que não é deixado de lado, mesmo nos momentos de maior estabilidade. Este é o fato essencial e histórico no Sistema Financeiro Nacional a explicar a baixa

expansão relativa do crédito (lembrando que parte do crescimento observado teve a ver com o crédito consignado). Ou seja: esta é uma característica particular da Economia Brasileira que continua permanecendo no período recente, ainda mais quando se constata que os principais compradores de títulos são os bancos e que os juros básicos nacionais continuaram mantendo altos patamares sob o argumento de que os níveis efetuosos eram essenciais para o combate à inflação.

Outra conclusão é a de que os bancos privados flexibilizaram mais suas fontes de captação, mas observamos que no final de 2007 eles não apresentavam problemas de risco de câmbio. Nesse sentido, a redução abrupta da oferta de créditos quando eclode a crise de Sub-prime não é explicada pela estrutura dos passivos, vez que os bancos não estavam em situação vulnerável.

No que se refere aos Bancos Públicos, vimos que eles sustentaram a oferta de crédito nos momentos de crise e, nos momentos de estabilidade, foram responsáveis pelas áreas não cobertas pelo Sistema Privado. Neste contexto, outra consideração importante é a de que a expansão dos empréstimos dos Bancos Públicos poderia ser maior, não fossem as exigências de liquidez e rentabilidade que levam a que os mesmos dirijam importante magnitude de seus recursos a aplicações em títulos, seguindo a performance dos Bancos Privados. Quanto ao passivo, esses bancos mantiveram uma estrutura semelhante à do início do período estudado, com a caderneta de poupança e os depósitos a prazo (CDB's) como principais fonte de captação. A grande redução foi a dos "recursos com destinação específica" repassados pelo governo federal e que foram reduzidos no processo de ajuste.

Dessa forma, observa-se que a mudança qualitativa advogada para justificar a entrada dos bancos estrangeiros não ocorreu, antes pelo contrário, estes bancos são mais agressivos na lógica especulativa. Isto porque o que explica a forma de operação dos bancos não é sua nacionalidade ou a sua maior "eficiência" em emprestar. A questão central do segmento privado é a de gerar a máxima rentabilidade possível, independentemente da geração, ou não, de crédito. Um sistema que garante a contínua oferta de títulos públicos, com o perfil desejado para gerar rentabilidade e cobrir mudanças de indexadores não é virtuoso para o crédito.

Assim, a análise considerando a abordagem proposta por Minsky nos mostra os ajustes cíclicos dos bancos brasileiros no período recortado e mostra a limitação das expansões dos empréstimos, mesmo na estabilidade. Paralelamente, nos mostra a importância essencial dos Bancos Públicos, indicando o fato de que o papel dos mesmos para o crescimento econômico é central o que aliás se explicita a partir de 2008, quando a crise de Sub-prime se aprofunda. Neste sentido, a exigência de uma performance para estes bancos comparada à dos bancos privados não tem razão de ser.



## Referências bibliográficas

- ALVES, Antônio; DIMSKY, Gary; PAULA, Luiz Fernando de. “Banking Strategy and Credit Expansion: a Post Keynesian Approach”. **Cambridge Journal of Economics**, 2007
- AMADO, Adriana Moreira. “Impactos regionais do Processo de reestruturação bancária no início dos anos 1990, in Marco Crocco, & Frederico G. Jayme Jr (orgs), **Moeda e Território** – uma interpretação da dinâmica regional brasileira, 2006
- CORAZZA, Gentil. “Crise e reestruturação bancária no Brasil”. **Anais do XXVIII Encontro Nacional de Economia**, Campinas, 2000.
- CORRÊA, V. P. & ADATI, Fabiana Mitiko . Mudanças fundamentais na Estrutura de Financiamento brasileira nos anos 1990: alteração de propriedade e continuação da lógica especulativa. In: Clésio Lourenço Xavier. (Org.). **Desenvolvimento Desigual**. 1 ed. Uberlândia: EDUFU, 2004.
- FMI. **Global financial stability report: market developments and issues**. Washington, DC: IMF, june 2002 e . abril 2003
- FREITAS, Maria Cristina Penido de. “Abertura do sistema bancário brasileiro ao capital estrangeiro”. In: FREITAS, M. C. P. de (org). **Abertura do sistema financeiro no Brasil nos anos 90**. São Paulo: Fundap: Fapesp; Brasília: Ipea, 1999.
- MINSKY, H P. **Stabilizing an unstable economy**. New Haven: Yale University Press, 1986.
- MENDONÇA, Ana Rosa R. & ANDRADE, Rogério P.(orgs). **Regulação bancária e dinâmica financeira: evolução e perspectivas a partir dos Acordos da Basiléia**. Editora da Unicamp: Campinas, 2006.
- MOLLO, M. de L. R. “Ortodoxia e Heterodoxia Monetárias: a Questão da Neutralidade da Moeda”. **Revista de Economia Política**, vol. 24, nº3 (95), julho-setembro, 2004.
- OLIVEIRA, Giuliano Contento; RACY, José Caio. “Uma Análise da Retomada do Crédito Bancário no Brasil no Período Recente (2003-2006)”. **X Encontro de Economia da Região Sul**. 2007
- PAULA, Luiz Fernando Rodrigues; ALVES JÚNIOR, Antonio José; MARQUES, Maria Beatriz Leme. “Ajuste Patrimonial e padrão de rentabilidade dos bancos privados no Brasil durante o Plano Real”. **Anais do V Encontro da Sociedade brasileira de Economia Política**, 2000.
- PAULA, Luiz Fernando; MARQUES, Maria Beatriz. “Tendências Recentes da Consolidação Bancária no Mundo e no Brasil”, **IX Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Política**, 2004
- PUGA, Fernando Pimentel. “Sistema Financeiro Brasileiro: Reestruturação recente, comparações internacionais e vulnerabilidade à crise cambial”. **Texto para discussão do BNDES**, nº 68, mar. 1999. p. 411-465, 1999.
- SOARES, Ricardo Pereira. “Evolução do Crédito de 1994 a 1999: uma explicação”. **Texto para discussão do IPEA**, nº 808. Brasília, jul. 2001.
- VASCONCELOS, Marcos Roberto; STRACHMAN, Eduardo; FUCIDJI, José Ricardo. “Transformações mundiais do setor bancário. Algumas lições para os países em desenvolvimento”. **Anais do XXVIII Encontro Nacional de Economia (ANPEC)**, 2000.